



## Seção V

### Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 89. Integrará o Orçamento do Município um quadro demonstrativo do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 90. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipal de Educação e de Controle Social do Fundeb e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

§ 1º A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, para os municípios.

§ 2º A transferência de dados ao SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Educação, nos termos da legislação federal específica.

## Seção VI

### Dos Repasses de Recursos à Câmara Municipal

Art. 91. Os repasses de recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos dos artigos 29-A e 168 da Constituição Federal.

Art. 92. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2022 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2021, devendo ser ajustada, a partir de fevereiro de 2022, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

## Seção VII

### Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 93. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congênere.



Art. 94. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 93 desta Lei.

§ 1º A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

§ 2º Os instrumentos de que trata o § 1º serão formalizados nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e atualizações, analisados e aprovados pela assessoria jurídica do Município, precedidos de solicitação formal com apresentação de plano de trabalho e/ou disposições de nova legislação.

### Seção VIII Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 95. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 96. Nos programas culturais de que trata o art. 95 desta lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível como os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

### Seção IX Das Mudanças na Estrutura Administrativa

Art. 97. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

§ 1º Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente,

 22





dotações orçamentárias constantes no orçamento, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 2º Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas na legislação citada no art. 2º desta Lei.

## Seção X

### Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 98. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais citados no caput deverão ser entregues até o dia 15 (quinze) de agosto de 2021, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto do Plurianual 2022/2025 e na proposta orçamentária para 2022.

Art. 99. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§ 1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação específica.

§ 2º Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Os atos relativos as limitações de empenho, em decorrência de frustração de receita que afetem as metas de resultado nominal e primário, abrangem os fundos especiais.

## Seção XI

### Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 100. Será emitido Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º O impacto orçamentário-financeiro, aludido no caput, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

§ 2º Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



§ 3º Para despesas abaixo do limite do § 2º não cabe emissão de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 101. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informado pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Art. 102. As entidades da administração indireta, do Regime Próprio de Previdência Social, fundos municipais e o Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão Central de Contabilidade do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social, assim como para monitoramento da evolução de receitas e despesas.

Art. 103. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 104. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:

- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - serviços para a expansão da ação governamental;
- V - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VI - outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.

§ 1º Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

**CAPÍTULO VII**  
**DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS**  
**CUSTOS**  
**Seção I**

**Do Programação Financeira e do Detalhamento da Despesa**

Art.105. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.





§ 1º O cronograma de desembolso discriminará a despesa por grupo de natureza, com valores mensais e bimestrais, abrangendo de janeiro a dezembro de 2022.

§ 2º O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, fonte/destinação de recursos, de acordo com a classificação orçamentária nacionalmente unificada.

§3º O Quadro de Detalhamento da Despesa poderá ser publicado juntamente com a lei orçamentária e seus anexos.

## **Seção II**

### **Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados**

Art. 106. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema de controle de custos adequado ao Município.

§ 1º Na elaboração da Lei Orçamentária Atual e execução orçamentária constarão os valores globais de cada programa e das ações respectivas, discriminadas na programação orçamentária em projetos e atividades.

§2º Durante a execução orçamentária serão individualizados os valores das despesas de programas e ações.

§ 3º Os gestores de programas, titulares de órgãos e demais dirigentes conhecerão os gastos com ações e programas, assim como a população que acompanha a execução orçamentária por meio do portal da transparência.

Art. 107. Os gestores de programas quantificarão as metas físicas das ações, para comparação com as despesas demonstradas na execução orçamentária e financeira em projetos e atividades, vinculadas aos programas respectivos, com vistas a facilitar a avaliação dos gastos e a evolução de indicadores.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas previstas com as realizadas.

§ 2º Durante o exercício de 2022 poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do plano plurianual, por meio de Decreto.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

#### **Seção única**

#### **Das Prestações de Contas e da Fiscalização**

Art. 108. Serão apresentadas até o dia 31 (trinta e um) de março de 2022:



I - a Prestação de Contas Anual de Governo, exercício de 2021, pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - as Prestações de Contas Anuais de Gestão, exercício de 2021, pelos Gestores e demais responsáveis por recursos públicos.

§ 1º Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco as prestações de contas de 2021, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

§2º A coordenação do processo de coleta de dados e informações para organização da documentação que comporá o processo de prestação de contas ficará a cargo do Órgão de Controle Interno do Município.

Art. 109. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2021, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em meio digital e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 110. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

## CAPÍTULO IX DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### Seção I

#### **Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e Órgãos da Administração Indireta**

Art. 111. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

§ 1º Os órgãos e entidades da administração indireta citados no caput deste artigo encaminharão, até o dia 15 (quinze) de agosto de 2021, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2022.

§ 2º O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

### Seção II

#### **Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos**

Art. 112. Os titulares de órgãos responsáveis pela contratação e execução de obras públicas e serviços de engenharia no Município ficam responsáveis pela produção, assinatura e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia, trimestralmente.





Parágrafo único. O controle de obras públicas, a elaboração do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia e a fiscalização, deverão obedecer às exigências da Resolução T. C. nº 8, de 9 de julho de 2014, do TCE-PE e suas atualizações.

Art. 113. Os gestores de programas e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas e o alcance dos objetivos de cada programa.

§1º O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º O gestor de convênios será responsável pela formalização da prestação de contas do convênio respectivo e acompanhamento até sua regular aprovação, monitoramento do Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios ou outros que o sucederem e atendimento de diligências.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão de convênios, contratos de repasse e programas específicos.

Art. 114. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

## CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR Seção I Dos Precatórios

Art. 115. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art. 116. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2021, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2022.

## Seção II Da Celebração de Operações de Crédito e Alienação de Bens



Art. 117. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar operações de crédito, nos termos da Legislação Federal aplicável e dentro dos limites estabelecidos pelo Senado da República, inclusive para Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

Art. 118. A autorização para celebração operação de crédito será feita por meio de lei específica, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e regulamentação pertinente.

§ 1º Poderá constar da Lei Orçamentária de 2022 estimativa de receitas e dotações para investimentos tendo como fontes de financiamento operações de crédito.

§ 2º Só poderão ser realizadas despesas com fonte de recursos de operações de crédito quando a operação for realizada e os recursos ingressarem na receita.

§ 3º A lei que autorizar operação de crédito poderá reestimar a receita de operações de crédito constantes da Lei orçamentária para compatibilizar com o valor da operação e autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente em 2022, para investimentos.

Art. 119. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, ou legislação federal específica.

### Seção III Dos Restos a Pagar

Art. 120. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;

II - anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III - anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV - anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V - anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

VI - cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.





Art. 121. Os empenhos não processados até 31 de dezembro de 2022, sem disponibilidade de caixa para seus pagamentos deverão ser anulados.

#### **Seção IV** **Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art. 122. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.

§ 1º Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.

§ 2º Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º O Poder Executivo, periodicamente, deverá dirigir-se formalmente aos órgãos, entidades, instituições financeiras, Receita Federal e concessionárias de serviço público para conferir a exatidão do montante da dívida pública do Município com essas entidades.

#### **CAPÍTULO XI** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS** **Seção Única** **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art.123. Caso o Projeto da Lei Orçamentária para 2022, apresentado ao Poder Legislativo até 5 (cinco) de outubro de 2021, não for sancionado até 31 de dezembro de 2021, a programação nele constante poderá ser executada em 2022, até a publicação da Lei Orçamentária, para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de enfrentamento, prevenção a desastres, catástrofes e situações de emergência e/ou calamidade pública
- III - ações em andamento;
- IV - obras em andamento;
- V - manutenção dos órgãos, entidades e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos à população;
- VI - execução dos programas relacionados com a execução das políticas públicas e outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º Para as demais despesas não elencadas no caput deste artigo, fica autorizada a execução de 1/12 (um, doze avos) da dotação respectiva.

§ 2º Será considerada antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária Anual de 2022 a utilização dos recursos autorizados neste artigo.



# PREFEITURA DE TACAIMBÓ

JUNTOS, CONSTRUINDO A CIDADE QUE QUEREMOS



Documento Assinado Digitalmente por: ALVARO ALCANTARA MARQUES DA SILVA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epf/validaDoc.seam> Código do documento: 7bdcb949-5c0d-42a4-8169-6e3eb9d4fe75


§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados até a data de publicação da respectiva lei orçamentária serão ajustados, considerando-se a execução prevista neste artigo, por Decreto do Poder Executivo, após a sanção da lei orçamentária de 2022, por intermédio da abertura de créditos adicionais.

Art. 124. No processo de elaboração em 2021, do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, deverão ser observados a continuidade dos programas de duração continuada vinculados às políticas públicas em execução, a atualização dos planos setoriais existentes e poderão ser seguidas as estimativas de receitas previstas no Anexo de Metas Fiscais, conceitos e definições constantes desta Lei.

Art. 125. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei que modifiquem disposições desta Lei, respeitadas as normas legais vigentes.

Art. 126. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de agosto de 2021

  
Alvaro Alcântara Marques da Silva  
CPF: 028.896.344-00  
Prefeito Constitucional  
Tacaimbó-PE  
Prefeitura Municipal de Tacaimbó

Alvaro Alcântara Marques da Silva  
Prefeito





Documento Assinado Digitalmente por: ALVARO ALCANTARA MARQUES DA SILVA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 7bdcb949-5c0d-42a4-8169-6c3eb9d4fe75



PREFEITURA DE  
**TACAIMBÓ**  
JUNTOS, CONSTRUINDO A CIDADE QUE QUEREMOS

## ANEXO I

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

---

Município de Tacaimbó

EXERCÍCIO DE 2022

## ANEXO DE PRIORIDADES



**ANEXO I**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO/2022)**

**ANEXO DE PRIORIDADES**

O presente Anexo de Prioridades, que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias de Tacaimbó (LDO), atende disposições do art. 165, § 2º da Constituição Federal e tem a finalidade de identificar os programas cujas metas e ações devem ter prioridade na execução orçamentária durante o exercício de 2022.

Na elaboração e na execução do Orçamento Municipal, para o exercício de 2022, serão considerados como prioritários os projetos e atividades vinculados às ações destinadas a realização dos Programas de Trabalho, classificadas por função de governo e relacionadas abaixo.

As prioridades objeto deste anexo, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos e na execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Na elaboração do Plano Plurianual 2022/2025 e formulação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA/2022) serão consideradas as perspectivas de atuação do governo, os objetivos estratégicos, os programas e as ações que deverão ser executadas no Município, assim como as seguintes diretrizes:

- I - Diagnóstico dos desafios a serem enfrentados e das potencialidades que serão desenvolvidas, identificando as escolhas da população e do governo, na formulação dos planos e na estruturação dos programas de trabalho do governo municipal;
- II - Sintonia das políticas públicas municipais com as políticas públicas estabelecidas no plano plurianual da União, quanto aos programas nacionais executados pelo Município em parceria com outros entes federativos;
- III - Reestruturação dos órgãos e unidades administrativas, modernização da gestão pública municipal e reconhecimento do capital humano como diferencial de qualidade na Administração Pública Municipal;
- IV - Aprimoramento do controle e do monitoramento, especialmente na execução das ações para atingir os objetivos estabelecidos nos planos, na realização dos serviços e no desempenho da administração municipal;
- V - Ampliar e modernizar a infraestrutura do Município, com destaque para:
  - Sistema viário, drenagem pluvial, iluminação, transporte e trânsito;
  - Saneamento, coleta seletiva, destinação final e/ou tratamento de resíduos sólidos, preservação ambiental e serviços urbanos;





- Urbanismo, construção e revitalização de praças, parques, jardins e instalações para a prática de esportes e lazer;
- Obras estruturadoras relacionadas com atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e das demais áreas de atuação do Governo Municipal.

VI - Aprimorar a gestão dos programas finalísticos e de atendimento direto ao público, com ênfase na melhoria continuada na qualidade do ensino e das ações e serviços públicos de saúde no Município;

VII - Priorizar ações relacionadas com programas assistenciais direcionados às crianças, aos adolescentes, aos idosos e a quem dela necessitar, nos termos do art. 203 da Constituição Federal;

VIII - Incentivar e promover eventos turísticos, artísticos, esportivos, folclóricos e manifestações culturais que destacam e engrandecem o Município de Tacaimbó, bem como o incentivo a prática de esportes pela juventude;

IX - Consolidar o planejamento governamental e execução das políticas públicas, com foco estratégico, articulação institucional e participação popular;

X - Promover o desenvolvimento rural e executar programas de apoio à produção rural, a agricultura familiar, melhoria do abastecimento de produtos primários e infraestrutura da zona rural;

XI - Modernização da gestão de pessoas no Município;

XII - outras diretrizes específicas, nas áreas que terão prioridade, discriminadas abaixo:

---

### **Ações para Execução de Programas Prioritários da Saúde**

---

A prevenção e a melhoria serão o maior foco na gestão da saúde pública, com uma reformulação e modernização no modelo de gestão. Atraindo profissionais qualificados e expandindo as especialidades de atendimento nos PSF's de Tacaimbó.

1. ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO: Ordenar o cuidado e o acesso da população preferencialmente pela Atenção Básica com o objetivo de atender às necessidades primárias de saúde da população; realizar ações de prevenção, promoção e de recuperação da saúde; realizar investimentos nas unidades e serviços básicos de saúde com ações de construção, reforma, ampliação da estrutura física e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, destinados ao fortalecimento da Atenção Básica; realizar ações de assistência à saúde mental; desenvolver ações de assistência domiciliar; realizar parcerias com o objetivo de assistir às crianças e adolescentes; garantir a realização de eventos técnicos científicos; realizar a capacitação dos recursos



humanos; desenvolver o Programa de Imunização em parceria e em conformidade com as determinações do Ministério da Saúde.

### 1.1. Em virtude da Pandemia de Coronavírus

- Organizar a rede de atenção (de atenção básica) para atendimento (acolhimento) aos casos suspeitos de SG e SRAG. E garantir acesso aos serviços de referência em transporte adequado/ pelo SAMU 192.
- Mobilizar/estimular os responsáveis pelos serviços de saúde, que fazem parte da rede de atenção, a elaborarem e ou adotarem protocolos, normas e rotinas para o acolhimento, atendimento, medidas de prevenção e controle, entre outros.
- Normatizar a regulação e manejo clínico para casos suspeitos para infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19)
- Apoiar e orientar sobre medidas de prevenção e controle para o novo coronavírus (COVID-19).
- Estimular a organização da rede de manejo clínico e formular capacitação de trabalhadores sobre o fluxo de pacientes suspeitos de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Orientar o monitoramento de casos suspeitos de SG e SRAG nos serviços de saúde.
- Garantir acolhimento, reconhecimento precoce e controle de casos suspeitos para a infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Fortalecer junto às unidades de saúde sobre a importância de implementar precauções para gotículas/aerossóis em situações especiais no enfrentamento de casos suspeitos de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Realizar levantamento dos insumos, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e equipamentos assistenciais para atendimento de pacientes suspeitos para infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Reforçar a importância da comunicação e notificação imediata de casos suspeitos para infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Aquisição e distribuição de vacinas (COVID-19) quando disponível no mercado.

**2. ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL:** Viabilizar o acesso da população aos serviços e ações de saúde de assistência especializada; desenvolver o SAMU 192; realizar, quando necessário, obras de construção, reforma e ampliação dos serviços e ações de Atenção Especializada; adquirir equipamentos e materiais permanentes; garantir a realização de eventos técnicos científicos; realizar a capacitação dos recursos humanos da atenção especializada.

**3. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:** Desenvolver atividades de Assistência Farmacêutica em conformidade com a legislação vigente com a finalidade de atendimento das





necessidades epidemiológicas da população; realizar investimentos de reforma, ampliação, construção, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender aos requisitos e normas técnicas da assistência farmacêutica; realizar a capacitação dos recursos humanos; realizar eventos técnicos, científicos; desenvolver e fortalecer as ações de manutenção e desenvolvimento da Farmácia Viva e o Arranjo Produtivo Local; viabilizar a participação de escolares e comunidades no conhecimento e uso de produtos fitoterápicos.

### 3.1. Em virtude da Pandemia de Coronavírus

- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Adquirir Equipamentos de Proteção Individual em quantidade suficiente para as Equipes enquanto durar a Pandemia no município;
- Monitorar os estoques e as necessidades de medicamentos e demais insumos no âmbito Municipal;
- Adquirir exames diagnósticos da doença em quantidade suficiente para realização de mapeamento diário de pessoas doentes;
- Realizar contratualização de laboratório para realização de apoio diagnóstico;
- Monitorar, rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme solicitação a demanda.

**4. VIGILÂNCIA EM SAÚDE:** Desenvolver ações e medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde além de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, incluindo o ambiente de trabalho, da produção e da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde; realizar atividades de prevenção das arboviroses e de outras doenças na perspectiva da vigilância em saúde; promover educação em saúde; realizar investimentos físicos de reforma, ampliação e construção; realizar a capacitação dos recursos humanos; realizar eventos técnicos científicos.

### 4.1. Em virtude da Pandemia

- Monitorar e identificar informações veiculadas na mídia em sites de notícias e redes sociais;
- Acompanhar e divulgar as normas e diretrizes do Ministério da Saúde para a prevenção e controle da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID - 19);
- Enfatizar aos serviços da Atenção Primária à Saúde a importância da detecção, notificação, investigação e monitoramento oportuno dos casos confirmados para o novo Coronavírus (COVID - 19);
- Estimular e divulgar a prática das medidas preventivas para o novo Coronavírus (COVID - 19);



- Manter ativas as ações dos Órgãos Superiores de Saúde para monitoramento de casos suspeitos ou confirmados para a infecção humana pelo novo Coronavírus;
- Elaborar e divulgar boletins epidemiológicos com periodicidade para atualização das informações sobre o novo Coronavírus (COVID - 19);
- Atualizar municípios sobre a situação epidemiológica do município e do estado
- Reforçar a necessidade de garantir proteção aos profissionais atuantes no atendimento aos casos suspeitos ou confirmados da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID - 19), nos serviços públicos e privados, conforme recomendações da Anvisa.

**5. GESTÃO DO SUS MUNICIPAL:** Promover as atividades de Gestão do SUS Municipal com o objetivo de governança e fortalecimento do SUS Municipal; adquirir equipamentos e materiais permanentes; realizar investimentos físicos e aquisições de

materiais permanentes; realizar a estruturação das ações e serviços de saúde; realizar a capacitação dos recursos humanos; realizar eventos técnicos científicos.

**5.1. Em virtude da Pandemia:**

- Articular junto aos órgãos oficiais de Saúde o desenvolvimento das ações e atividades propostas para cada nível de emergência, com emprego urgente das medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;
- Garantir quadro de recursos humanos capacitados e suficientes para desenvolver as ações do plano de contingência dentro da oportunidade que a situação requeira;
- Avaliação contínua do cenário para decisões de instalações e medidas urgentes;
- Execução imediata dos protocolos e orientações para contingenciar eventual sobrecarga sistema de saúde ou para redução dos impactos provocados pela propagação do vírus e pelo aumento da quantidade de casos.

**6. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE:** Assegurar o funcionamento da Secretaria de Saúde, ações e serviços de saúde; promover, coordenar e realizar as atividades de investimentos, custeio e fortalecimento dos serviços do Sistema Municipal de Saúde; realizar a capacitação dos recursos humanos; adquirir bens de custeio e de capital para o desenvolvimento da gestão administrativa dos serviços e ações de saúde; realizar eventos de natureza técnica e científica para aperfeiçoar os processos de trabalho do SUS Municipal; realizar o controle e processos de contratação e desenvolvimento dos Recursos Humanos em parceria com a Secretaria de Administração; fortalecer as ações de controle administrativo e financeiro; fortalecer a CPL.





## 6.1. Em virtude da Pandemia:

- Prestar o apoio administrativo necessário para a atuação das equipes em conformidades às exigências assistenciais de saúde da Pandemia
- Adotar medidas específicas quanto à Gestão de Pessoas no período da Pandemia.

7. CONTROLE SOCIAL: Garantir o regular o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde; estimular a participação da sociedade na construção, monitoramento e fiscalização das políticas de saúde; promover políticas de inclusão social; realizar a

capacitação dos conselheiros de saúde; viabilizar a participação dos conselheiros de saúde nas plenárias, reuniões e eventos pertinentes; viabilizar a participação dos conselheiros de saúde na elaboração dos instrumentos de gestão do SUS.

## 7.1. Em virtude da Pandemia:

- Realizar reuniões virtuais com o Conselho Municipal de Saúde
- Prestar contas ao Conselho Municipal de Saúde dos recursos financeiros recebidos e gastos realizados
- Apresentar ao Conselho Municipal de Saúde ações desenvolvidas e dados epidemiológicos da Pandemia.

---

### **Ações para Execução de Programas Prioritários da Educação**

---

A melhoria no sistema educacional de Tacaimbó é a prioridade. Com a implantação das ações a seguir, o objetivo maior será elevar o nível do ensino, oferecendo melhores condições para o corpo docente e para os alunos.

1. Assegurar qualidade na oferta do ensino do 1º ao 9º ano, otimizando e reorganizando o modelo educacional da rede Municipal em atenção as disposições legais e constitucionais sobre o direito fundamental a educação;

2. Atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis;

3. Garantir a locomoção e o acesso aos estabelecimentos escolares com conforto e segurança para os estudantes que residam em áreas distantes das unidades escolares e necessitem de transporte escolar;





4. Assegurar aos portadores de necessidades especiais da educação, o atendimento específico, com vistas a facilitar a sua integração no Ensino regular;
5. Ampliar a rede física visando garantir a qualidade na oferta dos serviços de educação no município;
6. Ampliar os serviços regulares das creches e educação infantil para as crianças de 0 a 6 anos;
7. Promover a oferta de cursos profissionalizantes, desenvolvendo parcerias com outras instituições, dentre as quais as que compõem o sistema "S", e com outros níveis de governo;
8. Promover a ampliação e reforma das Unidades de Ensino da rede Municipal de Educação, contemplando todos os seguimentos educacionais;
9. Realizar ações que visem a erradicação do analfabetismo no município;
10. Fortalecer o atendimento a demanda do Seguimento de Ensino de jovens e Adultos – EJA – através de ações direcionadas ao ensino-aprendizagem e o acesso ao emprego;
11. Garantir transporte escolar para os Estudantes matriculados em instituições superiores e técnicas da região;
12. Promover o acesso da comunidade carente e usuários de programas sociais do governo ao ensino superior e técnico através de programas de apoio escolar;
13. Garantir a formação técnica dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
14. Propiciar capacitações aos gestores e presidentes de UEX que gerem os recursos do PDE e PDDE com vistas a garantir o bom uso dos recursos, bem como sua prestação de contas;
15. Implementar um programa de reequipamento das unidades educacionais do município, visando assegurar condições para o processo pedagógico;
16. Realizar estudos acerca da implementação da escola em tempo integral e iniciar atividades que visem manter o alunado em constante atividade educativa.



17. Priorizar o combate ao enfrentamento da pandemia COVID-19 atendendo aos estudantes, com aquisição de materiais para funcionamento da educação com aulas on-line e presenciais;

18. Distribuição de kits de alimentação escolar aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, durante o período da pandemia COVID-19.

#### **Ações para Execução de Programas Prioritários de Ciência e Tecnologia**

1. Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação, incluindo o acervo de informações e conhecimentos por meio de programas de inclusão digital;
2. Apoiar projetos vinculados ao ensino básico profissionalizante, com foco científico e tecnológico, com a utilização de conhecimentos aplicados na qualificação da mão de obra.

#### **Ações para Execução de Programas Prioritários de Esportes, Lazer e Cultura**

Promover ações que se traduzam em projetos a serem inseridos na cidade com a finalidade de tornar Tacaimbó uma cidade ativa culturalmente, divertida e saudável para os munícipes e atrativas para o turista.

1. Garantir a oferta de atividades esportivas aos alunos da rede Municipal de Ensino;
2. Implementar Programas Esportivos para a juventude do Município;
3. Ampliar e reformar os espaços públicos de esporte e lazer do município;
4. Incentivar o esporte amador, bem como apoiar os clubes e organizações esportivas do Município;
5. Preservar o patrimônio histórico do município e resgatar as tradições culturais;
6. Difundir a Arte, a cultura e a tradição através de um calendário de eventos que contemple a memória e a tradição da zona urbana e rural de Tacaimbó;
7. Garantir apoio aos artistas e grupos artísticos do município;
8. Garantir apoio e manutenção da Banda Filarmônica Santo Antônio;
9. Promover a inclusão da população aos bens de cultura do município;



10. Implementar e realizar ações de conservação nos pontos de difusão cultural, possibilitando a realização de debates, conferências e exposições, visando a preservação da memória e o resgate da história local;
11. Desenvolver atividades relacionadas com a capacitação dos agentes culturais, estimulando o potencial criativo, artístico e sociocultural existente no município;
12. Iniciar o mapeamento e cadastro cultural do município de Tacaimbó, visando integrar e dar visibilidade as diferentes expressões culturais existentes no município;
13. Implementar projetos voltados para a valorização da cultura local e regional.
14. Aquisição de EPI's para os servidores da Secretaria de Educação e Cultura;
15. Aquisição de materiais e insumos para higienização / sanitização dos espaços e/ou equipamentos culturais e turísticos mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura;
16. Aquisição de bens ou serviços para realização de campanha educativa de combate a Covid-19;
17. Apoiar e divulgar a importância do acesso à Cultura mesmo nesse momento de isolamento social ocasionado pela pandemia do Coronavírus (COVID-19).

---

### **Ações para Execução de Programas Prioritários de Desenvolvimento Econômico**

---

Em ações coordenadas, buscar opções de solução para o desenvolvimento da cidade, através das parcerias públicas e privadas.

1. Incentivar e direcionar os empreendedores individuais a aderirem aos programas do SEBRAE para saírem da informalidade, fortalecendo sua atividade empresarial;
2. Incentivar e direcionar os empreendedores a aderirem aos programas de incentivos de instituições privadas e públicas visando a ampliação da rede de produção rural e agropecuária do nosso município.

---

### **Ações para Execução de Programas Prioritários de Desenvolvimento na Agricultura**

---

Conduzir o processo de produção na agricultura e pecuária de uma forma inclusiva socialmente e rentável, com maior foco no pequeno produtor.





1. Promover o desenvolvimento rural, estimulando o crescimento socioeconômico da população e melhorando os índices de desenvolvimento humano por meio do fomento à produção agrícola com ações que assegurem o acesso a insumos, equipamentos, técnicas e à infraestrutura que aumentem a produtividade, bem como através da facilitação do acesso à programas e recursos provenientes de outros níveis de governo;
2. Melhorar as condições sanitárias do rebanho e incentivar a criação de animais de pequeno porte, bem como a criação de abelhas, promovendo a capacitação dos criadores;
3. Oferecer apoio e capacitação em agroecologia a agricultores familiares nas culturas de maxixe, feijão de corda, mandioca, feijão de arranca, milho, maracujá e quiabo;
4. Estimular a produção de alimentos orgânicos no âmbito da agricultura familiar para fornecimento as escolas e creches municipais pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
5. Construção de cisternas como forma de evitar os efeitos negativos das estiagens;
6. Apoiar as associações e cooperativas rurais através do conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável;
7. Apoiar a Unidade Municipal de Cadastro UMC preparando as declarações de imóveis rurais.

---

### **Ações para Execução de Programas Prioritários de Assistência Social**

---

1. Garantir o regular funcionamento das atividades administrativas do SUAS no Município, com recursos das três esferas de governo, assim como do Fundo Municipal de Assistência Social;
2. Adequar o quadro de servidores que atuam na política de assistência social em consonância com a NOB/RH, buscando melhorar o atendimento das demandas apresentadas pela comunidade;
3. Implementar as ações da Proteção Social Básica através do aumento da cobertura do CRAS/PAIF, com a expansão desses equipamentos no município;